

MODELO 1

Movimento Associativo Plano Anual de Desenvolvimento



Identificação			
Nome da Associação	Banda Musical do Rosário		
Morada	Mercado Municipal do Gaio - rua de Cidla nº 10, 2860-630 Gaio-Rosário		
Número Telefone			
Endereço eletrónico			
Responsável a contatar	José Fernando Castro Mateus	Cargo	Presidente

1. Objeto do Plano Anual de Desenvolvimento

Atividades Regulares	Área ou Valências	Descrição	Escalaõ Falxa Etária	N.º Individuos	M	F	Quota suplementar S/N
<input type="checkbox"/> Formação	Música	Escola de Música da Banda	8-10	6	6		Não
<input type="checkbox"/> Grupo artístico-cultural	Música	Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga: Participação em Festas Populares, Comemorações, Eventos e Corridas de Toiros.	12-78	40	36	4	Não
<input type="checkbox"/> Intervenção Social							
<input type="checkbox"/> Outros							

Ações Relevantes

- Atuação no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo

Objetivos das atividades/ou ações

Escola de Música da Banda: Ensino musical de solfejo e instrumentos; assegurar a natural continuação da Banda Musical do Rosário.

Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga: Tocar peças musicais de forma a preservar e manter vivo o património cultural e artístico Filarmónico, bem como, o reportório tradicional local.

Atuação no Fórum Cultural José Manuel Figueiredo: Apresentação do reportório da Banda Musical do Rosário

1.1 Comparticipação Financeira

Orçamento previsto por área de atividade regular e/ou ação relevante

Área/ação	Descrição sumária	Receita	Despesa
Escola de Música da Banda	- Monitor		1.000,00
Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga	- Maestro - Reparação de instrumentos - Transporte - Contabilidade - Quota da Confederação - Despesas de representação - Donativos	2.100,00	2.000,00 500,00 800,00 800,00 50,00 200,00

MODELO 1

Movimento Associativo Plano Anual de Desenvolvimento



	Escalões Desportivos	N.º de Atletas		Não Federados	Sem espaço desportivo	Com espaço descoberto	Com espaço coberto

Data

P.º Direção

José Fernando Castro Mateus

MODELO 2

Movimento Associativo Cedência de instalações e terrenos em direito de superfície ou de comodato



Identificação			
Nome da Associação	Banda Musical do Rosário		
Morada	Mercado Municipal do Gaio - rua de Cidla nº 10, 2860-630 Gaio-Rosário		
Número Telefone			
Endereço eletrónico			
Responsável a contatar	José Fernando Castro Mateus	Cargo	Presidente

Objeto	
<input checked="" type="checkbox"/>	Cedência de instalação /Espaço para realização regular de atividades
<input type="checkbox"/>	Cedência de terreno
<input checked="" type="checkbox"/>	Renovação

Classificação da Propriedade	
Valor patrimonial	
Localização	Mercado Municipal do Gaio - rua de Cidla nº 10, 2860-630 Gaio-Rosário
Área (m ²)	

Descrição da atividade a desenvolver
Instalações para Sede Social: O espaço para a Sede Social tem funções administrativas, de salvaguarda do património e de convívio, bem como, serve para os ensaios da Banda e para o desenvolvimento das atividades da Escola de Música.

Observações

Data

P' Direção



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO

A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substituiu a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, bem como, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular reconhecendo-o como parceiro privilegiado na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica associativa, no respeito pela sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

De acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, conjugado ainda com o regime jurídico previsto e regulado no Decreto-Lei nº 273/2009 de 1/10,

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo entre:

1. O Município da Moita, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 506791220, com sede na Praça da República, 2860 Moita, representando neste ato pelo Presidente da Câmara Rui Manuel Marques Garcia nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, doravante designado por **Primeiro Outorgante**;



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

2. A Banda Musical do Rosário, associação sem fins lucrativos constituída em 11 de Janeiro de 1975, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva número 504656554 com sede na Rua de Cidla nº 10, 2860-630 Gaio-Rosário, representado neste ato pelo Presidente da Direção, José Fernando Castro Mateus, doravante designado como **Segundo Outorgante**;

e que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato-Programa)

Constitui objeto do presente contrato-programa a atribuição de comparticipação financeira, de apoio logístico e cedência de instalações destinado à execução do programa anual de desenvolvimento cultural, em anexo, apresentado pelo Segundo Outorgante à Câmara Municipal da Moita, enumerado nas seguintes vertentes:

- a) Escola de Música da Banda;
- b) Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga;

CLÁUSULA SEGUNDA

(Comparticipação Financeira)

1. Para a execução do programa anual de desenvolvimento cultural referido na cláusula anterior, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante a comparticipação financeira no valor global de 2.250,00 € (dois mil, duzentos e cinquenta euros), pertencendo:

- a) Atividades regulares, 2.250,00 €:
 - i) Escola de Música da Banda;
 - ii) Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga.

2. A comparticipação financeira referida será disponibilizada após outorga do presente contrato programa, nos seguintes termos:

- a) Até 15 de Setembro será efetuado o pagamento no valor de 2.250,00 €;

CLÁUSULA TERCEIRA

(Apoio Logístico e Cedências)

O apoio logístico e a cedência de instalações referidos na cláusula primeira destinam-se a apoiar a execução das diversas vertentes do programa anual de desenvolvimento cultural com os seguintes meios, mediante disponibilidade dos serviços:

- a) Banda Musical do Rosário e Charanga Huga-Huga:
 - i) Cedência de viatura de transporte.
- b) Cedência de Instalações:
 - i) Cedência de utilização de instalações no espaço do Mercado Municipal do Gaio para servir como Sede Social.



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

CLÁUSULA QUARTA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante obriga-se a cumprir o presente contrato-programa nas seguintes condições:

- a) Cumprir nos prazos de pagamento estipulados, o valor global de comparticipação financeira fixados respetivamente nos números 1 e 2, da cláusula segunda;
- b) Assegurar o apoio logístico e a cedência de instalações definidos na cláusula terceira;
- c) Verificar a execução do programa anual de desenvolvimento cultural que justificou a celebração do presente contrato-programa, procedendo ao acompanhamento e monitorização da sua execução, nos termos do disposto no artigo 19º do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de Outubro.

CLÁUSULA QUINTA

(Obrigações do Segundo Outorgante)

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral e atempada do programa anual de desenvolvimento cultural anexo a este contrato;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar todas as comparticipações financeiras e apoios logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa anual de desenvolvimento cultural objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato o Primeiro Outorgante de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar todas as informações ou apresentar documentos solicitados pelo Primeiro Outorgante que respeitem à execução do presente contrato;
- f) Elaborar e enviar ao Primeiro Outorgante, no prazo de dois meses após o final do período de execução mencionado na cláusula sexta, um relatório final sobre a execução do contrato-programa (até o final do mês de Fevereiro de 2018);
- g) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- h) Referenciar, em todos os materiais gráficos editados e/ou outras formas de divulgação e promoção das atividades e ações, o apoio da Câmara Municipal da Moita.
- i) Participar, se possível e de forma organizada, em atividades e ações promovidas pelo e com o Município;
- j) Ceder ao Município as suas instalações para a realização de atividades e ações de interesse municipal.

CLÁUSULA SEXTA



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

(Vigência do Contrato-Programa)

1. Sem prejuízo de eventual revisão por acordo das partes contratantes, o período de vigência do presente contrato-programa tem início imediatamente a seguir à deliberação da Câmara Municipal e após assinatura de ambas as partes, e cessa a sua vigência a 31 de Dezembro de 2017.
2. O presente contrato acolhe quaisquer protocolos ou parcerias em vigor, relativamente a projetos sociais, recreativos ou culturais, de forma a permitir uma maior adequação aos fins pretendidos.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Revisão do contrato-programa)

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto, por acordo das partes, em conformidade com o estabelecido no artigo 21º do Decreto-Lei nº 273/2009 de 1 de Outubro.

CLÁUSULA OITAVA

(Incumprimento, Rescisão e Sanções)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente Contrato-Programa é fundamento de rescisão por parte do Primeiro Outorgante, produzindo efeitos imediatos, designadamente implicando, caso a comparticipação financeira concedida pelo primeiro outorgante não tenha sido aplicada na competente realização do programa, a restituição ao Primeiro Outorgante, os montantes não aplicados e a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações devidas pelo Segundo Outorgante pelo uso indevido e danos eventualmente causados ao Primeiro Outorgante.
2. A rescisão do presente Contrato-Programa pelo Primeiro Outorgante com fundamento em incumprimento de uma ou mais obrigações nele consagradas por parte do Segundo Outorgante é sancionado com o impedimento de atribuição por parte do Primeiro Outorgante de novo apoio financeiro ou não financeiro, durante o período que vier a ser estabelecido pelo órgão executivo.

CLÁUSULA NONA

(Cessação)

1. Os fundamentos de cessação da vigência do presente Contrato-Programa são:
 - a) Estar concluído o programa de desenvolvimento cultural que constitui o seu objeto;
 - b) Por causa não imputável ao Segundo Outorgante, enquanto entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos essenciais;
 - c) O Primeiro Outorgante exercer o seu direito de resolver o contrato;
 - d) No prazo estipulado pelo Primeiro Outorgante não serem apresentados pelo Segundo Outorgante os documentos referidos no presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Cultural, bem como a falta de consentimento expresso para a consulta da situação tributária, pelos serviços do Primeiro Outorgante, nos termos previstos do nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 214/2007, de 19 de abril.



Câmara Municipal da Moita
Departamento de Assuntos Sociais e Cultura

2. A cessação referida no número anterior efetua-se através de notificação dirigida às partes outorgantes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Disposições Finais)

1. O presente contrato-programa tem correspondência com o Programa de Intervenção Municipal para o Associativismo.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. O presente contrato-programa foi autorizado por deliberação da Câmara Municipal Moita de 6/09 de 2017 sobre a Proposta nº 124.
4. O encargo total estimado do presente contrato é de 2.250.00 € em comparticipação financeira direta.
5. A tudo o que não esteja previsto no presente contrato-programa, aplica-se subsidiariamente, as disposições previstas no respetivo enquadramento legal.

Depois de lido em voz alta, os outorgantes declararam ter plena noção e compreensão do seu conteúdo, sendo claro e compreensível para todos os direitos e deveres de cada uma das partes e, como tal, vai ser assinado.

O presente contrato-programa é celebrado, em 29/12 de 2017 contendo 5 páginas e 2 (dois) exemplares ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante



Presidente da Câmara Municipal
da Moita

Pelo Segundo Outorgante

Presidente da Banda Musical
do Rosário


